

## GABARITO – MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIOJURIDICA

**1. Citar os seguintes problemas: i. pergunta ampla, que não tem um objeto recortado e não vai direto ao ponto; ii. pergunta extensa, confusa, desordenada; iii. Perguntas de baixa complexidade, com respostas de sim ou não; iv. perguntas retóricas ou falsas perguntas; v. perguntas especulativas; vi. Perguntas com julgamento de valor, que prejudicam o potencial objetivo; vii. Perguntas que não são realistas para a realidade do pesquisador em termos de tempo, dinheiro, etc (1,5). A devida explicação de cada um dos empecilhos de forma bem desenvolvida (1,5).**

2. Função reflexiva da essência empírica: i. sob a ótica materialista, exercer a autoestranheza, obtendo informações metodologicamente controladas a partir da realidade empírica; ii. prestar contas à realidade, com o escopo de trazer complexidade ao Direito, inclusive no plano de sua reforma. Ocorre que os resultados da pesquisa empírica não constituem diretamente o que é Direito e por isso, seus resultados por si só não são responsáveis por levar intervenções à prática jurídica, ao mesmo tempo que, muitas vezes, é difícil que grandes quadros teóricos se desestabilizem por descobertas empíricas pontuais. No entanto, essas descobertas são fundamentais para complexificar a argumentação jurídica ao aproximá-la da realidade material, e isso pode e deve ser utilizado para a fundamentação de inovações e reformas no Direito.

**O aluno deve, portanto, fundamentar o papel epistemológico da pesquisa empírica nas pesquisas sociojurídicas com base na capacidade de ter a realidade material como parâmetro dos resultados (1,0) e seu potencial de complexificar o Direito (1,0).**

3.a) **O aluno deve explicar o reverencialismo – utilização de argumentos de autoridade, ideia de uma causa certa/autor a serem defendidos como dogma, sem reflexividade ou preocupação com objetividade (1,0), o manualismo – ampliação exagerada de temas, confusão entre tema e objeto com mera reprodução da literatura sobre o tema sem a profundidade e complexificação necessárias (1,0), e como prejudicam o potencial crítico da pesquisa (0,5).**

b) A análise deve vir acompanhada de um estudo autônomo das fontes históricas, sem a mera reprodução de autores que por sua vez estão reproduzindo outros, já que isso desmobiliza a apuração da metodologia a ser seguida diante de um modelo histórico de pesquisa. É necessário que a pesquisa sobre um fenômeno ou instituto jurídico presente em um momento histórico, seja também um estudo sobre esse momento histórico e sua cultura, língua, bem como as relações políticas e sociais que se estabeleciam e, para isso, merecem atenção as fontes históricas com o método adequado da história do direito. Outro cuidado é entender até onde, na história, o pesquisador em Direito pode ir sem que esse fenômeno ou instituto esteja descaracterizado. Isso porque há um grave problema naquela pesquisa que apresenta um "escorço histórico" e incorre em evolucionismo ou continuísmo. Ou seja, segue a crença de que as sucessivas regulamentações de um instituto podem ser descritas seguindo um esquema de continuidade no tempo. Além dessa continuidade, algumas pesquisas erroneamente partem de um raciocínio de que há um aperfeiçoamento dos regulamentos e procedimentos jurídicos ao longo do tempo. Trata-se de uma ideia que, além de metodologicamente equivocada, prejudica a capacidade crítica da análise, já que legitima o Direito em vigor.

O aluno deve, portanto, falar da importância de se atentar às fontes históricas (0,5), do perigo do continuísmo/ evolucionismo para a pesquisa (2,0).



## Filosofia do Direito

### *Questões preliminares:*

Qual é o seu turno? (Manhã, tarde ou noite)

Em qual(is) turno(s) você teria disponibilidade para acompanhar as aulas de seu/sua professor/a orientador/a?

### *Questão 1:*

Boa parte do debate contemporâneo sobre teorias da justiça no mundo de língua inglesa tem sido marcado pela discussão da teoria de Rawls e das críticas e alternativas a ele dentro e fora do espectro das teorias liberais. Em vista disso, responda: a) O que é a estrutura básica da sociedade (a que os princípios de justiça se aplicariam) e qual a diferença entre conceito e concepção de justiça (como é possível ter consenso sobre um mas não sobre o outro)?; b) O que é a posição original, o véu de ignorância e quais são os dois princípios (subprincípios inclusos) de justiça de Rawls?

### **Resposta:**

- Estrutura básica da sociedade: A teoria de Rawls não se refere à justiça das pessoas ou das ações, mas das instituições que compõem a estrutura básica da sociedade. Esta é formada pela constituição política, pelas formas legalmente reconhecidas de propriedade, pela organização da economia e pela natureza da família. Na medida em que tais instituições adotem esquemas com impacto redistributivo, a elas se aplicarão os princípios de justiça que a teoria visa obter e justificar.

- Conceito e concepção de justiça: Rawls afirma haver uma diferença entre as duas coisas. Um conceito de justiça é uma fórmula com que se pretende apreender sua natureza, como, por exemplo, "dar a cada um o que é seu" ou "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais". Um conceito é vago e aberto o suficiente que permite que pessoas com inclinações morais e políticas muito diferentes e com visões



de indivíduo e sociedade muito diferentes concordem com ele, ao mesmo tempo em que provavelmente discordariam quanto a qualquer esquema mais concreto para sua implementação. Uma concepção de justiça, por outro lado, é uma elaboração mais concreta do conceito de justiça, em que visões e preferências específicas se expressam na forma de princípios de justiça. Rawls trabalha com a ideia de que há pluralismo de concepções de justiça e propõe uma que tente ser convincente para indivíduos que se encontram em distintas posições nesse pluralismo.

- Posição original, véu de ignorância e princípios de justiça: A posição original é uma situação hipotética de escolha de princípios de justiça em que representantes dos indivíduos, servindo-se de sua racionalidade para alcançar fins a partir de meios, tivessem que escolher entre distintos conjuntos de princípios enquanto estão sob um véu de ignorância que garantiria a equidade de sua escolha. Esse véu de ignorância é um dispositivo heurístico que torna indisponíveis informações sobre suas identidades e posições sociais, a fim de evitar que deem preferência para suas situações e forcá-los a racionar segundo o que poderia ser igualmente bom para todos ao mesmo tempo. Finalmente os princípios de justiça são dois. O primeiro garante aos indivíduos o maior sistema de direitos e liberdades que for possível para todos ao mesmo tempo, o que é uma exigência para perseguir concepções de felicidade que variam de indivíduo a indivíduo. O segundo exige que diferenças no tocante a renda, propriedade e outros bens básicos (2.1) resultem necessariamente de cargos e posições abertas a todos num regime de igualdade equitativa de oportunidades e (2.2) produzam o resultado mais vantajoso possível para aqueles que se encontram nas posições menos favorecidas. Dessa forma, embora a teoria de Rawls não exija igualdade material absoluta, ela limita a desigualdade material aceitável a a diferenças obtidas sob condições de justiça ou implementadas para incremento da justiça.



**Questão 2:**

Considere a transcrição abaixo, extraída do texto *O direito universal à respiração*, do filósofo camaronês Achille Mbembe:

“Simultaneamente acima do chão e nosso chão comum, o direito universal à respiração não é quantificável. Não é apropriável. É um direito relativo à universalidade, não apenas de cada membro da espécie humana, mas do vivo na sua totalidade. É preciso então compreendê-lo como um direito fundamental à existência. Enquanto tal, não pode ser confiscado e, por isso, escapa a toda a soberania, uma vez que recapitula o princípio soberano em si”.

Considerando o texto, e seus conhecimentos prévios concernentes à disciplina de Filosofia do Direito, responda:

a) Como o Direito contemporâneo tem colaborado para o cenário de exclusão e violência denunciado por Mbembe?

**Resposta:**

- O candidato deve ser capaz de explorar outros conceitos desenvolvidos pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (em especial, o de *necropolítica*), correlacionando-os com a discussão acerca do “direito universal à respiração”. Para Mbembe, a contemporaneidade é marcada pelo divórcio entre capitalismo e democracia: liberalismo econômico e liberalismo político tornam-se vetores contrapostos. Nesse sentido, o mercado mina direitos e garantias – mesmo, o “direito a existir” –, levando à “africanização do mundo”. As violências (neo)coloniais vivenciadas pelo sul global – em virtude do sistema da *plantation* – se universalizam, e a distinção entre Estado de Direito e Estado de Exceção torna-se cada vez mais tênue. Para Mbembe, a retórica do contrato social, que fundamenta a Filosofia do Direito moderno, apenas escamoteia um sistema calcado na desigualdade estrutural entre os diferentes povos do globo, no qual bolhas de seguridade convivem com uma multidão de despossuídos, para os quais a norma se apresenta fundamentalmente como instrumento de controle (militarização do cotidiano).



b) Como a Filosofia do Direito – definida por Norberto Bobbio como “ideologia jurídica” e “metodologia jurídica” – pode contribuir para garantir o “direito fundamental à existência” pleiteado por Mbembe?

**Resposta:**

- Antes de mais nada, o candidato deve ser capaz de operacionalizar as distinções que Bobbio desenvolve em seu texto: Teoria do Direito (o que o Direito é); História, Sociologia e Antropologia Jurídicas (o que o Direito tem sido); e Filosofia do Direito (o que o Direito deve ser). A natureza axiológica da Filosofia do Direito, como uma teoria dos valores que estruturam a atividade jurisdicional, precisa ser destacada pelo candidato. Considerando esse ponto, o candidato deve refletir sobre o papel crítico da Filosofia do Direito, como uma discussão acerca do “valor dos valores” que fundamentam o ordenamento. Por fim, precisa articular Bobbio e Mbembe, indicando como o pensamento do filósofo camaronês constitui-se em uma axiologia jurídica, uma Teoria da Justiça e uma Teoria do Conhecimento Jurídico, que nos permite efetuar uma meta-análise da norma, a partir de princípios – o *dever ser* – que transcendem o Direito positivado.



## História do Direito e Pensamento Jurídico

### *Questões preliminares:*

Qual é o seu turno? (Manhã, tarde ou noite)

Em qual(is) turno(s) você teria disponibilidade para acompanhar as aulas de seu/sua professor/a orientador/a?

### *Questão 1:*

Existe um direito colonial brasileiro?

O candidato deveria, inicialmente, resgatar a discussão, na historiografia brasileira, a respeito do tema, mostrando que se trata de uma questão controversa. Diferentes historiadores assumiram, no curso do tempo, posições diversas a respeito da sedimentação, na América Portuguesa, de um sistema normativo relativamente autônomo face ao ordenamento jurídico português. Partindo desse debate, o candidato deveria se posicionar, retomando as especificidades do Direito no Brasil Colonial (suas regras próprias etc.).



**Questão 2:**

Defina e contextualize o pluralismo jurídico na História do Direito.

É crucial, aqui, que o candidato diferencie o ‘monismo jurídico’ e o ‘pluralismo jurídico’. O ‘monismo jurídico’, que caracteriza o Direito moderno, está associado à ideia de que o Estado detém o monopólio do exercício legítimo da violência, não admitindo, em seu território, outras instituições dotadas de poder judicante e legiferante. O ‘pluralismo jurídico’ (da Antiguidade e do Medievo) se define, por sua vez, pela ideia de que diferentes ordenamentos jurídicos podem se sobrepor e se harmonizar, numa mesma região. Corporações de ofício, igrejas, principados, reinos e impérios poderiam, ao mesmo tempo, deter a atribuição de *dizer o direito* (juris-dicere). Seria importante, ainda, que o candidato fosse capaz de relativizar o ‘monismo’ hodierno, mostrando que, para além das ‘mitologias jurídicas da Modernidade’ (na expressão de Paolo Grossi), o Estado contemporâneo ainda divide sua autoridade com outras instâncias normativas – a nova *lex mercatoria*, o Direito transnacional etc.



## **Sociologia Geral**

### **GABARITO**

Os estudantes deveriam desenvolver os conceitos de racismo estrutural tratado por Silvio Almeida para descrever os efeitos da pandemia na vida da população negra. Também deveria ser articulado o conceito de divisão sexual do trabalho desenvolvido pelas materialistas francesas para analisar a vida das mulheres na pandemia refletindo sobre as dimensões do trabalho reprodutivo e produtivo.



## Monografia I

### *Questões preliminares:*

Qual é o seu turno? (Manhã, tarde ou noite)

Em qual(is) turno(s) você teria disponibilidade para acompanhar as aulas de seu/sua professor/a orientador/a?

### *Questão 1:*

Partindo-se da premissa de que a ciência não é uma aquisição estática e acumulativa (Kuhn); é possível afirmar que o conhecimento é fruto de sobreposições do saber? Explique.

### **Resposta:**

É essencial que o candidato articule categorias desenvolvidas por Kuhn – como a de quebra de paradigmas – para responder à questão. Precisa mostrar como a história da ciência se desenvolve de maneira dinâmica, não-linear, e marcada por rupturas. Nesse sentido, precisa desenvolver uma crítica a leituras “teleológicas” da produção do conhecimento científico.



**Questão 2:**

Quais as possíveis relações entre a ciência, o método e os paradigmas credíveis?

**Resposta:**

A ciência, como conhecimento metodologicamente orientado – curiosidade crítica, em contraposição à curiosidade ingênua, na acepção de Paulo Freire. O candidato precisa definir ‘método’, discorrendo sobre a diferença entre um conhecimento que se organiza em “etapas” verificáveis, e outro que não o faz. A partir disso, deve indicar como diferentes concepções acerca do “método” podem produzir diferentes paradigmas de cientificidade.

**Questão 3:**

Quais as principais características da pesquisa qualitativa?

**Resposta:**

O candidato deve diferenciar pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Deve indicar o papel da “subjetividade” na construção de pesquisas qualitativas. Precisa discorrer sobre os critérios de objetividade e de certeza, em um tipo de pesquisa científica que leva em consideração o campo do “valor”, da “intencionalidade” que mobiliza os atores envolvidos no fenômeno analisado.



**Questão 4:**

É possível usar métodos quantitativos em pesquisas no cosmo do Direito? Se sua resposta for afirmativa cite a principal ferramenta para desenvolver a investigação.

**Resposta:**

O candidato deve indicar como a sociologia jurídica tem se valido da estatística, na produção de pesquisas empíricas no campo do Direito. Precisa indicar as potencialidades e os limites desse tipo de abordagem. É importante, ainda, que saliente a necessidade de mitigar essas abordagens com apreciações de ordem qualitativa.

## Teoria do Direito 1

Questões preliminares:

Qual é o seu turno? (Manhã, tarde ou noite)

Em qual turno você teria disponibilidade para acompanhar as aulas de seu/sua professor/a orientador/a?

Questão 1:

Sobre o debate Hart-Dworkin, responda: (a) Explique o que é uma divergência teórica e como é que Dworkin constrói uma objeção ao positivismo hartiano com base na noção de divergência teórica; (b) explique e avalie aquela que lhe parece a melhor resposta positivista à objeção formulada por Dworkin.

(Limite: 2 páginas)

*Gabarito:*

*A primeira parte da questão avalia o domínio do conceito de divergência teórica (isto é, aquele tipo de divergência que diz respeito às próprias condições de validade das normas jurídicas) e a compreensão da forma como Dworkin usa o conceito de divergência teórica contra o positivismo (uma teoria que, segundo Dworkin, afirma que os critérios de validade das normas jurídicas dependem do consenso entre as autoridades). A segunda parte da questão é relativamente aberta. É possível selecionar qualquer uma das respostas positivistas discutidas na bibliografia do processo seletivo; mas é essencial mostrar compreensão da resposta selecionada e avaliá-la de modo bem fundamentado. Dizer que uma resposta é a melhor entre as respostas disponíveis não é o mesmo que dizer que está imune a críticas. É importante mostrar compreensão das virtudes e eventuais deficiências da resposta selecionada.*

Questão 2:

O debate entre Kelsen e Pachukanis ilustra bem como distintas concepções de ciência e distintas posições políticas de partida podem resultar em distintas teorias do Direito. Em vista disso, responda: (a) Quais as características da concepção de ciência de Kelsen e as pretensões epistemológicas principais da Teoria Pura do Direito? (b) Quais elementos da visão de ciência do materialismo histórico são incorporados na teoria de Pachukanis e, à luz deles, qual a crítica que Pachukanis faz à pretensão de neutralidade e ao normativismo de Kelsen?

(Limite: 2 páginas)

*Gabarito:*

*O aluno deve demonstrar conhecimento do conteúdo, familiaridade com a terminologia e as teses principais de cada um dos dois autores, clareza de exposição, capacidade de relacionar os conceitos e mobilizar exemplos claros, enfatizando na sua resposta:*

*- sobre Kelsen: (1) as características de construção, objetividade, neutralidade e propósito (com suas respectivas explicações e/ou exemplos) da visão de ciência de Kelsen, como herdeira da visão neokantiana; e (2) as pretensões de generalidade de objeto, descritividade de abordagem, pureza metodológica e autonomia disciplinar (com suas respectivas explicações e/ou exemplos) tais como anunciadas no Cap. 1 da TPD.*

*- sobre Pachukanis: (1) as características de vinculação às condições materiais da vida humana, de contextualização social e histórica levando em conta a luta de classes e os modos de produção, do propósito de crítica radical e de emancipação social (com suas respectivas explicações e/ou exemplos); e (2) a crítica de Pachukanis a Kelsen tanto no tocante à abstração alienante e ideológica que a pureza metodológica produz quanto no tocante à invisibilização da dinâmica de interesses e de visão de mundo implicada na produção da norma a partir do normativismo kelseniano.*

## Teoria do Direito 2

Questões preliminares:

Qual é o seu turno? (Manhã, tarde ou noite)

Em qual turno você teria disponibilidade para acompanhar as aulas de seu/sua professor/a orientador/a?

Questão única:

Sobre as obras de Bobbio, Kelsen e Schauer, responda: (a) O que significa “ineficácia” para Bobbio? (b) O que significa “indeterminação” para Kelsen? (c) O que significa “sobreinclusão” para Schauer? (d) Com essas definições em mente, explique se é correto afirmar que normas indeterminadas e sobreinclusivas são também ineficazes. (Limite: 3 páginas)

*Gabarito:*

*Os itens a, b e c avaliam a compreensão básica da bibliografia do curso.*

- (a) Bobbio entende a ineficácia como falta de obediência à norma. Norma eficaz, para ele, é aquela que é seguida – seja espontaneamente, seja em virtude da coerção imposta pelas autoridades. Ineficaz, por outro lado, é a norma que a população ignora sem que haja reação das autoridades.*
- (b) Kelsen entende indeterminação como a incapacidade de uma norma jurídica para vincular plenamente o ato jurisdicional através do qual ela é aplicada. A norma é indeterminada na medida em que deixa ao julgador uma margem de livre apreciação (p. ex., quanto à severidade das penas a serem aplicadas no processo penal).*
- (c) Schauer entende a sobreinclusão como uma característica de regras que proíbem ou permitem mais do que deveriam proibir ou permitir à luz de seus próprios fundamentos (p. ex., a regra que proíbe cães num prédio público é sobreinclusiva em relação aos cães-guia, que não deveriam ser proibidos à luz do propósito da própria regra – se a regra serve para afastar animais mal-comportados, então o cão-guia deveria ser tratado como exceção).*

*O item d avalia a capacidade de relacionar os três conceitos discutidos acima.*

- (d) Regras sobreinclusivas (no sentido de Schauer) não são necessariamente ineficazes (no sentido de Bobbio): tudo depende da disposição das pessoas para seguir a regra mesmo sabendo que ela proíbe ou permite mais do que deveria. Regras mal formuladas muitas vezes são eficazes. Ineficácia e indeterminação tampouco se confundem. Uma norma só é ineficaz se pede de nós algo que nos recusamos a fazer. A norma indeterminada, por outro lado, sequer pede algo suficientemente preciso para que tenhamos a chance de desobedecer. A regra indeterminada nos dá uma margem de livre escolha.*

## Filosofia Geral

Questões preliminares:

Qual é o seu turno? (Manhã, tarde ou noite)

Em qual turno você teria disponibilidade para acompanhar as aulas de seu/sua professor/a orientador/a?

Questão única:

James Rachels explica que Kant formulou o imperativo categórico de diferentes maneiras.

Explique cada uma dessas formulações e discuta objeções utilitaristas que poderiam ser opostas a cada uma delas. (Limite: 2 páginas)

*Gabarito:*

*É preciso identificar e explicar corretamente as duas formulações a que Rachels dá destaque, a saber, a fórmula da lei universal e a fórmula dos fins e meios. Como não é certo que as duas formulações sejam equivalentes, as objeções que podem ser feitas a cada uma delas não são necessariamente as mesmas. Fundamental é demonstrar a capacidade de formular objeções a partir do ponto de vista do utilitarismo. Ou seja: como é que cada uma das formulações pode vir a se chocar com o princípio de que devemos agir de modo a maximizar o bem-estar ou a felicidade das pessoas que serão previsivelmente afetadas por nossas ações?*

## **Prova de monitoria, Direitos Humanos, 2023**

Departamento Teoria do Direito

Banca: Prof.<sup>a</sup> Ana Lucia Sabadell, Prof.<sup>a</sup> Hanna Sonkajärvi

A prova era composta de uma única questão:

- 1. Fazendo uma reflexão sobre o livro de Hunt, explique a tese da autora sobre os direitos humanos a partir da Revolução Francesa e os motivos de "instabilidade" destes direitos nos séculos XX e XXI.**

### **Gabarito**

Primeiramente, observa-se que a questão consistia em duas partes: 1) Explicar qual a tese de Lynn Hunt; 2) refletir sobre as quebras e mudanças no conceito de direitos humanos nos séculos XX e XXI.

Historiadora da chamada corrente de “história cultural”, Hunt postula que os direitos humanos tornaram-se uma ideia óbvia (*self-evident*) porque muitas pessoas tinham experiências, e leituras, similares no fim do século XVIII. Novas leituras criaram experiências individuais (empatia) que por sua vez, tornavam possível o desenvolvimento de novos conceitos sociais e políticos (direitos humanos). Para Hunt, os direitos humanos nascem no fim do século XVIII, na Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e na Declaração dos direitos do Homem e de Cidadão da Revolução Francesa (1789). Os direitos humanos se caracterizam, segundo Hunt, pelo fato de serem 1) naturais (inerentes aos seres humanos), 2) iguais (os mesmos para todo mundo), e 3) universais (aplicáveis em qualquer lugar). Ela ressalta que a primeira característica (natural), que inclui um componente moral, teria sido mais facilmente aceita, de que a igualdade (ela fala especialmente das mulheres) ou a universalidade. Segundo Hunt, autonomia e empatia são práticas culturais, e por isso a definição de direitos humanos está em permanente desenvolvimento.

No século XIX, o nacionalismo, o racismo biológico, o imperialismo e o comunismo, segundo Hunt, colocavam a ideia de direitos humanos como direitos individuais em dúvida. Essas são algumas quebras que poderiam ser abordadas na prova, enquanto a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” de 1948 é interpretado por Hunt como um momento de grande expansão dos direitos humanos. Em relação ao contexto mais recente, poderia se falar, por exemplo, da recusa dos Estados autoritários como China, Irã, ou da Arábia Saudita, de reconhecer a universalidade dos direitos humanos, ou de tentativas de alguns regimes de extrema direita de rejeitar, e inverter, a ideia dos direitos humanos. – Independentemente dos exemplos escolhidos, quando se fala das “gerações” dos direitos humanos, é necessário não somente mencionar eles, mas dizer o que eles significam e em que tipo de contexto eles surgiram.



## **GABARITO**

### **Prova de monitoria, Sociologia e Antropologia jurídicas, 2023**

Departamento Teoria do Direito

Banca: Prof.<sup>a</sup> Mariana Trotta, Prof.<sup>a</sup> Hanna Sonkajärvi

#### **Questão 1:**

**O antropólogo Clifford Geertz afirma no seu texto sobre a descrição densa, que a descrição etnográfica é microscópica. Explique qual seria, segundo Geertz, o papel da teoria na pesquisa antropológica.**

Valor máximo de questão 1: 5 pontos.

#### **Gabarito questão 1:**

Segundo Geertz, a teoria só funciona dentro de uma lógica muito limitada de um estudo específico. Não existe uma teoria geral que pudesse ser aplicada a todo estudo antropológico. Ele explica isso em relação a uma “teoria cultural” e disse que as formulações teóricas acabam sufocando, ou limitando as interpretações. Por isso, ele considera que a teoria deve servir não como o ponto de partida de pesquisa, mas como uma fase posterior à descrição densa de sociedade. A tarefa da construção teórica seria não criar realidades abstratas, mas generalizar dentre os casos estudados. Assim, não se trata de generalizar através dos casos, mas usar a teoria, mais modestamente, para entender os casos de estudo em questão: Geertz diz que o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos. A vocação da antropologia interpretativa (ou, simbólica) não seria responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os “outros”, descritos por antropólogo, deram.

A descrição etnográfica é microscópica, porque trata-se de uma descrição densa, a mais detalhada possível de um contexto local. Entretanto, Geertz sublinha, que o antropólogo estuda assuntos pequenos confrontando-os às grandes “realidades” ou conceitos, como por exemplo, mudança, fé, poder ou violência. Assim, o antropólogo estuda fenômenos da vida humana em um contexto limitado de uma comunidade, povo ou grupo, o que permite uma abordagem mais profunda que a descrição a partir de uma grande escala.

#### **Questão 2:**

**Discorra sobre Direito, Estado e controle social com base na bibliografia da sociologia do direito indicada no edital.**

Valor máximo de questão 2: 5 pontos.

#### **Gabarito questão 2**

Esperava-se que o estudante apresentasse o debate sobre controle social analisado por Sabadell, apresentando os tipos, formas, finalidade dialogando com as teorias (liberal-funcionalista e conflitiva). Também se esperava que os estudantes desenvolvessem na resposta o conceito de direito vivo de Ehrlich, poder disciplinar de Foucault, dominação racional legal e violência legítima de Weber.